

A PROPÓSITO DO COLÓQUIO MANUEL DE BOAVENTURA (ESPOSENDE, 1985)

José d'Encarnação *

O meu primeiro contacto com Manuel Boaventura data de Setembro de 1969, época em que preparava a minha dissertação de licenciatura sobre divindades indígenas. Manuel Boaventura dera a conhecer no III Colóquio Português de Arqueologia (Porto, 1964) um monumento que considerara dedicado à divindade indígena *Dafa* (cf. *Lucerna* 4 1965 270-273) e eu desejava saber pormenores desse pequeno altar achado na *cividade* de S. Lourenço (Vila Chã, Esposende). Respondeu-me prontamente, num postal, escusando-se de só daí a dias me poder mandar um «esquisso» (perdoe-se-lhe o galicismo) do monumento: «tenho, no momento, trabalhos que me tomam tempo», escrevia a 17 de Setembro, para, a 20 de Novembro, me dizer, noutra postal: «Desculpe o prolongado silêncio infelizmente motivado pela escassez de saúde».

O «esquisso» sempre chegou da sua Casa de Susão, datado de 13.X.964 com mão, já então, um tudo-nada trémula, acompanhado de três separatas: uma sobre o etnógrafo Gomes Pereira (in *O Distrito de Braga* 4 1967), outra sobre os problemas da origem de Vila Chã («De onde brotou Vilachã: aldeamento castrejo? criação suevo-goda?», in *Bracara Augusta* 14-15 1963) e a terceira sobre *Dafa*. Todas elas autenticadas com o seu ex-libris de motivos vegetalistas, flores, dois pergaminhos que se desenrolam simetricamente (a falar de cultura...) e a cruz a encimar tudo (numa bênção...)

Incluí nas *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal* (Lisboa, 1975, pp. 172-173) o que então pude apurar sobre a divindade. Hoje, como se sabe, após a correcção feita por Alain Tranoy (*La Galice Romaine*, Paris, 1981, p. 274), o eventual «teónimo» passou a ser, apenas, DAEA e aquele epigrafista levantou a hipótese, que parece viável, de DAEA

ser «uma deformação de DEAE», 'à deusa'. Já se me afigura menos verosímil - como tive ocasião de sublinhar (*Veleia* 2-3 1985-1986 p. 306 n. 2 e p. 309) - que se possa ver aí o culto a Atégina pelo simples facto de esta divindade, característica da Lusitânia, também estar identificada como *dea sancta* nalgumas epígrafes. Trata-se, com mais probabilidade, da deusa venerada no local, que, sobejamente conhecida, não necessitava de mais complexas identificações.

Guardei, pois, de Manuel Boaventura a simpática recordação do estudioso probo e servicial, sempre pronto a dar a mão a quem o procura para se esclarecer. Pesou-me, por isso, não ter podido participar no colóquio que, por iniciativa camarária, foi realizado em 1985.

Tenho presente o segundo volume das actas, dedicado à temática arqueológica, em edição da Casa da Cultura / Biblioteca Municipal, Esposende, 1988, 206 pp., ilustrado.

Pecamos, amiudadas vezes, por organizarmos reuniões científicas e não nos preocuparmos fundamentalmente com a publicação das respectivas actas. Diga-se desde já que perfilho incondicionalmente a tese de que são demasiado frequentes os colóquios e que, por isso, nem sempre há o tempo necessário para os preparar, para os intervenientes se prepararem, nem os meios bastantes para, depois, se publicarem condignamente as actas - que são, afinal, o testemunho mais importante da iniciativa tomada.

No caso vertente, o colóquio estava plenamente justificado pela ocorrência do 1.º centenário do nascimento do ilustre homem de letras esposendense; e bem andou, pois, a comissão organizadora em proceder, escassos três anos passados, à edição dos trabalhos apresentados. No entanto, para quem possua apenas este volume, fica a saber que houve, pelo menos, um primeiro

* Universidade de Coimbra.

e que este, por ter ficha técnica e o retrato do homenageado, foi concebido para ser comercializado isoladamente. Nesse caso, postular-se-ia a reinserção numa introdução, ainda que breve, que explicitasse o conteúdo do primeiro volume e desse sumária conta do que foi a reunião.

A capa está muito bem concebida. A apresentação gráfica é bastante boa, inclusive as gravuras, que só não terão sido melhores porque alguns autores se não esmeraram excelentemente - decerto por não disporem de adequados meios para tal.

Um segundo ponto cumpre salientar: o volume é de consultar, porque abarca praticamente todos os períodos da Arqueologia, desde o megalitismo ao séc. XVI. Até mesmo o curioso texto, de António Veiga Araújo, sobre as telheiras de Barqueiros, Barcelos (pp. 169-198), resultante de persistente pesquisa no âmbito das tecnologias tradicionais, facilmente se integrará numa perspectiva de arqueologia industrial em que a actividade dos telheiros - outrora florescente e de grande tradição - ora de todo se perdeu. Ao séc. XVI se refere a nota sobre o convento de S. Francisco do Monte, Viana do Castelo, da responsabilidade de Alberto Antunes de Abreu, Maria Manuela F. Arezes e José da Cruz Lopes (pp. 153-168). O convento data de 1392 e os trabalhos de limpeza ali efectuados (em período que não vem mencionado no texto) permitiram detectar vestígios de várias fases de reconstruções até ao séc. XIX, época em que foi abandonado. A comunicação apresentada não passou de breve nota; as fotografias, mormente as das lápides sepulcrais identificadas, fazem antever as vantagens de um estudo ulterior mais documentado em cuidadosas leituras da estratigrafia eventualmente patente nos entulhos.

O achado avulso, no Forte de Lobelle (Vila Nova da Cerveira) de uma conta de ouro, datada por Carlos A. Brochado de Almeida e Maria Adelaide Recarey do século VI da nossa era (pp. 199-205) abre auspiciosas perspectivas de investigação, não só devido a esta cronologia, do período suévico-visigótico - de que tão pouco se sabe - mas sobretudo porque se faz referência à possibilidade de, na vertente do outeiro voltada ao rio, ter existido uma *villa* romana e, inclusive, «um entreposto comercial» (p. 199). Será interessante que os autores possam vir a dar a conhecer os elementos de que dispõem, susceptíveis de confirmar o que a tradição aponta como «porto com cais de acostagem» (p. 203, n. 4).

A arqueologia da província espanhola de Pontevedra foi evocada em duas comunicações: uma sobre as datas de Carbono 14 para o período megalítico (pp. 29-34), que apontam o V milénio

como data inicial do chamado «fenómeno megalítico» no Noroeste peninsular; a segunda, breve resumo acerca das últimas escavações levadas a efeito na jazida galaico-romana de Santa Tegra (pp. 63-92), um povoado dos primórdios do Império ocupado por indígenas «muito influenciados já pelo mundo romano» (p. 71).

As insculpturas rupestres que Virgílio Hipólito Correia e Maria Adelaide Recarey identificaram perto da capela da Senhora da Encarnação, em plena Serra da Gávea (ainda em Lobelle, Vila Nova da Cerveira) trazem, de facto, mais questões do que respostas e o seu enigmático significado permanecerá, decerto, ainda por longo tempo obscuro, por mais paralelos que se tentem, quer as atribuamos à Idade do Bronze ou à do Ferro (pp. 93-111).

O trabalho apresentado por Artur José de Almeida (pp. 113-151) merece encómios, por se situar numa linha de investigação que importa desenvolver: o estudo dos materiais «procedentes de escavações realizadas há dezenas de anos» que se encontram «nos fundos dos nossos museus» e que, apesar de serem «peças bastante importantes, «correm o risco de se perder irremediavelmente» (p. 113). Esse trabalho encetou há algum tempo Jeannette Nolen no Museu de Vila Viçosa (cf. *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1985) e foi dentro desse espírito que A. J. Almeida se debruçou sobre o espólio proveniente da necrópole da Forca (Gemunde, Maia) datável, na sua maior parte, do século IV da nossa era. A boa qualidade das fotografias apresentadas justificaria que se lhes tivesse dado uma dimensão maior.

Teresa Soeiro recolheu informações que andavam dispersas «sobre a existência de necrópoles proto-históricas» no concelho de Esposende (pp. 35-62). Coligiu referências, estudou a cerâmica e concluiu que, embora «escassos», os dados «reunidos recomendam um enquadramento cronológico das necrópoles (...) dentro da Idade do Bronze» (p. 45).

A riqueza arqueológica da Quinta do Paço (Facha, Ponte de Lima) é, de facto, digna de realce - apesar de Carlos A. Brochado de Almeida e António Joaquim da Cunha Leal lhe fazerem apenas uma ligeira alusão como que para aguçar o apetite (passe o tom prosaico da expressão). O certo é que o forno cerâmico que estudam (pp. 9-28), que data muito provavelmente do Baixo Império, além de estar em bastante bom estado de conservação, insere-se na «já longa lista de fornos» identificados no Noroeste peninsular, onde, como se sabe, matéria-prima não falta ainda hoje.

Em suma: na verdade, este pequeno volume de homenagem a Manuel Boaventura cumpre a sua missão - chamar de novo a atenção dos investigadores para a grande riqueza patrimonial que o Noroeste, feliz-

mente, ainda guarda. Fez bem a Câmara de Esposende em apoiar a iniciativa: dando a conhecer o que fomos, mais facilmente seremos, agora, cidadãos conscientes e dedicados.

